

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL:
HISTÓRICO E PRESENTE DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA**

***POLÍTICA EDUCATIVA SOBRE GÉNERO Y DIVERSIDAD SEXUAL: HISTORIA Y
PRESENTE DE LA EXPERIENCIA BRASILEÑA***

***EDUCATION POLICY ON GENDER AND SEXUAL DIVERSITY: HISTORY AND
PRESENT OF THE BRAZILIAN EXPERIENCE***

Alexandre BORTOLINI¹
Cláudia Pereira VIANNA²

RESUMO: Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado dedicada a analisar o ciclo de desenvolvimento da política educacional em gênero e diversidade sexual no Brasil. A partir das proposições de Stephen Ball, que acionam noções foucaultianas de poder e discurso para a análise de políticas educacionais, buscou-se, para além da métrica, compreender as dinâmicas político-discursivas que marcaram tanto a produção dessa política quanto a sistemática reação que se lançou sobre ela. Neste artigo, são apresentados seus antecedentes, suas principais ações, os agentes envolvidos na sua construção e o discurso pedagógico que produziram. São identificados também seus principais opositores, suas táticas de ação e estratégias discursivas, apontando como se articularam com os movimentos reacionários que marcaram o país nos últimos anos. Por fim, apontam-se indícios de que o debate sobre gênero e diversidade sexual nas escolas sobrevive mesmo em tempos de conservadorismo, censura e terrorismo ideológico.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Gênero. Sexualidade.

RESUMEN: Este artículo presenta parte de los resultados de una investigación doctoral dedicada a analizar el ciclo de desarrollo de la política educativa sobre género y diversidad sexual en Brasil. A partir de las proposiciones de Stephen Ball, que activan nociones foucaultianas de poder y discurso para el análisis de políticas educativas, se buscó, más allá de la métrica, comprender las dinámicas político-discursivas que marcaron tanto la producción de esta política como la reacción sistemática que se lanzó contra ella. Este texto analiza los antecedentes de esta política, sus principales acciones, los agentes involucrados en su construcción y el discurso pedagógico que produjeron. También se identifican sus principales opositores, sus tácticas de acción y estrategias discursivas, buscando comprender cómo se articulan con los movimientos reaccionarios que han marcado al país en los últimos años. Finalmente, señalase indicios de que el debate sobre género y diversidad sexual en las escuelas sobrevive aún en tiempos de conservadurismo, censura y terrorismo ideológico.

PALABRAS CLAVE: Educación. Género. Sexualidad.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Professor Substituto do Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos. Doutorado em Educação (USP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8769-6837>. E-mail: bortolini.alexandre@gmail.com

² Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP – Brasil. Professora Sênior da Faculdade de Educação. Doutorado em Educação (USP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9366-4417>. E-mail: cpvianna@usp.br

ABSTRACT: *This paper presents part of the results of a doctoral research dedicated to analyze the cycle of the educational policy on gender and sexual diversity in Brazil. Based on Stephen Ball's propositions, which applies Foucault's notions of power and discourse on educational policies, the analysis aims, beyond the metrics, to understand the political-discursive dynamics that marked both the production of this policy as the systematic reaction that has been organized against it. This text analyzes the background of this policy, its main initiatives, the agents involved in its construction and the pedagogical discourse they produced. It also identifies its main opponents, their tactics and discursive strategies, seeking to understand how they are articulated with the reactionary movements that have dominated Brazil in recent years. Finally, the paper highlights evidences that the debate on gender and sexual diversity in schools survives even in times of conservatism, censorship and ideological terrorism.*

KEYWORDS: *Education. Gender. Sexuality.*

Introdução

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de doutorado em Educação dedicada a analisar o conjunto de iniciativas governamentais brasileiras que, nas últimas duas décadas, propuseram críticas e reformulações de práticas e saberes escolares com vistas ao enfrentamento à discriminação sexual e de gênero e à promoção dos direitos de mulheres e pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT+) na e a partir da educação. Iniciativas que, ainda que dispersas e descontínuas, se consideradas em conjunto, constituíram o que se pode definir como uma política educacional em gênero e diversidade sexual.

A construção dessa política pública reuniu acadêmicos, ativistas, gestores, profissionais de educação e estudantes em uma rede de comunicação, articulação e ação que atravessou escolas, universidades, movimentos sociais e instâncias de governo. Neste espaço de interlocução foi produzido, de forma articulada e negociada, um discurso pedagógico diferenciado dos que, até então, tinham habitado as políticas educacionais brasileiras. Mesmo com orçamento pouco relevante e alcance limitado, essa política incitou o debate em inúmeras escolas, com impacto nos sistemas de ensino, na produção acadêmica e na legislação educacional.

Desde cedo, essas iniciativas provocaram reações de grupos conservadores diversos, cujas ofensivas assumiram, na última década, um caráter sistemático. O embate em torno do ensino sobre gênero e diversidade sexual nas escolas transbordou as comunidades escolares e as áreas de gestão, alcançou o Congresso Nacional e as disputas eleitorais e tornou essa política educacional, personagem relevante nos principais episódios que marcaram a história política brasileira recente.

Para compreender seu ciclo de desenvolvimento dentro de um paradigma sócio-crítico, foi fundamental a contribuição do trabalho do pesquisador britânico Stephen Ball. Ao mobilizar a produção teórica de Michel Foucault para pensar as políticas públicas, Ball (2012) critica abordagens gerencialistas e aponta a importância de interpretar a política educacional dentro do contexto social e político mais amplo. Ao aplicar uma noção descentrada de poder à análise das políticas educacionais, sua abordagem ajudou a construir uma compreensão mais alargada dos espaços, tempos e processos pelos quais essa política pública foi construída. Implicou também uma percepção mais plural dos agentes envolvidos na sua produção e da qualidade da sua participação na definição das suas formas e do seu desenvolvimento. A noção foucaultiana de discurso operada por Ball ajudou também a perceber essa política educacional como um campo político onde a função e os sentidos da educação foram forjados, negociados e disputados.

Sob essa perspectiva, construiu-se um desenho de pesquisa qualitativa focado não em uma avaliação programática das ações e resultados dessa política educacional (algo já bastante trabalhado por pesquisas anteriores), mas no conjunto de discursos que ela colocou em disputa e seus efeitos políticos mais amplos. Para compreendê-la em sua dimensão político-discursiva, foi realizado um longo estudo bibliográfico, somado a uma análise direta de materiais textuais produzidos tanto por seus realizadores quanto por seus antagonistas, que buscou mapear as múltiplas estratégias discursivas que estes agentes colocaram em ação e seus efeitos na produção, desenvolvimento e inflexão desta política - e para além dela.

Dentro dos limites deste artigo, apontamos, na primeira parte, alguns antecedentes que permitiram a emergência de uma política educacional em gênero e diversidade sexual no Brasil. Em seguida, identificamos suas principais ações, os agentes envolvidos na sua construção e o discurso pedagógico que produziram. Na terceira parte, percorremos episódios recentes para identificar seus principais opositores, suas táticas de ação e estratégias discursivas, analisando como se articularam com os movimentos reacionários que marcaram os últimos anos. Por fim, trazemos indícios de que o debate sobre gênero e diversidade sexual nas escolas brasileira resiste, ainda que sob um contexto de conservadorismo, censura e terrorismo ideológico.

Antecedentes históricos

Não é possível analisar quaisquer políticas de promoção de direitos de mulheres e LGBTQ+ no Brasil sem considerar o histórico de exclusão, repressão, criminalização e violência que definiu a atuação do Estado brasileiro sobre grupos subalternizados durante séculos. A imposição de um sistema de gênero cis-heteronormativo masculinista e racializado foi parte

fundamental dos processos de colonização que constituíram sociedades como a nossa (LUGONES, 2020). Presente desde sua gênese, o caráter patriarcal, classista e racista do Estado brasileiro persiste mesmo com o avanço de modelos políticos liberais e de nossa inserção periférica no capitalismo global - e suas marcas podem ser encontradas ainda hoje (BIROLI, 2018).

Tendo em conta esse investimento histórico é que podemos pensar uma variedade de políticas sexuais e de gênero, desenvolvidas, em especial, a partir da abertura democrática, como parte de um processo de despatriarcalização do Estado, no sentido de que confrontam, por dentro, o caráter masculinista, racista e cis-heteronormativo das nossas instituições e formas de governo (MATOS; PARADIS, 2014). Finda a contenção do regime militar, distintos campos políticos conseguiram se (re)organizar, entre eles ativismos mobilizados em torno de questões de gênero e sexualidade (FACCHINI; CARMO; LIMA, 2020). Sustentados na Constituição de 1988 e fortalecidos pelo arcabouço institucional produzido a partir do ciclo de conferências organizadas pelas Nações Unidas nos anos 1990, esses movimentos iniciaram processos de diálogo com o Estado brasileiro para a construção de políticas públicas centradas não mais na repressão, mas na promoção de direitos (CORRÊA, 2018).

Esse processo se intensificou com as políticas de participação social implementadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (IRINEU, 2016). Em 2004, um ano após a posse de Luís Inácio Lula da Silva, o Governo Federal realizou a conferência nacional que daria origem ao primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). No mesmo ano, era lançado o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) com o objetivo declarado de promover a cidadania de pessoas LGBTQ+. Se não inauguraram, o PNPM e o BSH ampliaram o volume, o alcance e a qualidade das políticas públicas voltadas a esses grupos.

A produção

Ao analisar os planos e programas oriundos dessas políticas de participação social, é possível perceber um papel estratégico da educação. Por um lado, afirma-se a necessidade de superar o sexismo, o machismo e a lgbtfobia na escola como barreiras à garantia do direito à educação de mulheres e LGBTQ+. Por outro, as instituições de ensino são pensadas como plataforma para uma transformação cultural mais ampla, cujos efeitos iriam muito além dos pátios e das salas de aula. Estas proposições ganharam corpo a partir da criação, em 2004, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) no Ministério da Educação (MEC). Diversidade funcionava, então, como um “guarda-chuva” institucional e

discursivo, agregando estrategicamente um conjunto amplo e variado de políticas educacionais, demandadas por múltiplos movimentos sociais, que iam da educação indígena à socioeducação (CARREIRA, 2015). Dentre as políticas de educação para a diversidade, aquelas voltadas para as questões de gênero e sexualidade constituíram um dos pontos de maior tensão. O desafio não era pequeno: transformar as escolas brasileiras, historicamente comprometidas com a reprodução das disposições dominantes de gênero e sexualidade, em instituições promotoras da diversidade sexual e da igualdade de gênero.

Em 2005, o Ministério da Educação lançou a primeira chamada pública para formação de profissionais da educação derivada do Brasil Sem Homofobia. Os cursos em gênero e diversidade sexual (GDS) focavam na discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, enquanto promoviam uma visibilidade positiva de pessoas LGBTQ+, algo bastante inovador naquele momento. Implementadas inicialmente por organizações não governamentais, essas formações foram logo assumidas por universidades públicas e realizadas em todas as regiões do país. Em paralelo, foi lançado, em 2006, o curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), a partir de uma iniciativa da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Construído na relação com um movimento feminista multifacetado, o GDE trazia uma abordagem inovadora ao buscar trabalhar, de forma articulada, questões de gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Criado pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CLAM), o curso tomaria múltiplas formas ao ser encampado por instituições de ensino superior de todo o país. Os projetos de formação desenvolvidos tanto no GDE quanto no GDS incluíram também a produção de materiais didáticos e a realização de atividades de multiplicação em escolas, ampliando os sujeitos mobilizados para além daqueles imediatamente alcançados pelos cursos.

Vale ainda destacar duas outras linhas de ação: o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, que premiava escolas e textos produzidos por estudantes - e o Projeto Escola Sem Homofobia - que previa produção de material, a realização de pesquisas e a formação de uma rede de gestores. Essas e outras ações, irradiadas a partir do Governo Federal, forçosamente envolveram, em maior ou menor grau, sistemas estaduais e municipais de educação, e propiciaram importantes espaços de diálogo entre movimentos sociais, instituições de pesquisa e redes de ensino.

Ao examinar os produtos destas iniciativas em diálogo com a literatura já existente (em especial FERNANDES, 2011; MELLO *et al.*, 2012; CARREIRA, 2015; IRINEU, 2016), é possível identificar uma multiplicidade de agentes que atuaram na construção dessas ações:

Associações, organizações e coletivos ativistas, em especial LGBTQ+ e feministas foram os responsáveis por boa parte da incidência política que permitiu a elaboração de uma agenda de gênero e diversidade sexual na educação. Colaboraram na execução das iniciativas, quando não assumiram eles próprios sua realização. Desses ativismos vêm também noções políticas que constituíram parte fundamental do repertório dessa política educacional.

Gestores públicos da educação, desde políticos de grande visibilidade, que assumiram papel central nas disputas legislativas ou funções decisivas no executivo, até sujeitos atuantes nos espaços menos visíveis da gestão pública foram os responsáveis por criar as condições políticas, técnicas e operacionais que permitiram fazer fluir as agendas de gênero e diversidade sexual no sistema político e nos aparatos governamentais, por vezes se constituindo verdadeiros militantes a confrontar o patriarcalismo no interior do Estado.

Pesquisadores, professores, estudantes e técnicos vinculados a instituições públicas de ensino superior, em sua maioria atuantes no campo dos estudos de gênero e da sexualidade, constituíram outro agente coletivo importante. Sua capacidade de circulação pela gestão educacional, sua posição privilegiada de enunciação e a infraestrutura que tinham disponível em suas instituições foram seus principais instrumentos de ação. Assumiram a coordenação e a execução de projetos de formação e produção de material, atuaram como consultores na elaboração de diretrizes e tiveram assento na maior parte dos mecanismos de participação social. Suas pesquisas foram acionadas para fundamentar cientificamente e legitimar a necessidade de uma política educacional em gênero e diversidade sexual. Trouxeram consigo também conceitos e teorias fundamentais à construção de uma pedagogia crítica às regulações de gênero e sexualidade.

Profissionais de educação, em especial docentes alcançados pela formação continuada, recorrentemente reduzidos pela literatura a meros "implementadores", pouco ouvidos quando da formulação dos planos e programas, foram os responsáveis por materializar esta política no chão da escola. Afetados de modo extemporâneo por ações descontínuas de formação, com pouco ou nenhum recurso e contando com um amparo institucional vacilante, sua principal ferramenta foi a criatividade pedagógica. Em sua atuação polivalente e recorrentemente solitária, confrontaram o conservadorismo, reorganizaram práticas naturalizadas, reordenaram espaços e inventaram formas de trabalhar conteúdos até então ausentes dos currículos da educação básica.

Por último, mas não menos importantes, estudantes de educação básica, em especial mulheres e LGBTQ+a maioria das análises percebidos como público-alvo, foram os principais mobilizadores das escolas para o debate sobre gênero e sexualidade, a partir de uma postura de

afronte que punha em xeque práticas escolares sexistas e lgbtfóbicas até então naturalizadas. Exerceram também um papel diretamente criativo, ao se engajarem na produção de recursos pedagógicos e ações de multiplicação.

Um discurso pedagógico inovador

A interação colaborativa entre esses múltiplos agentes, simultaneamente convergente e polissêmica, foi capaz de gerar um discurso pedagógico, sob muitos aspectos, inovador. Um discurso que avançou na proposição da efetiva incorporação de uma perspectiva de gênero na educação e inovou ao propor um debate sobre orientação sexual e identidade de gênero na escola sob a ótica da diversidade e dos direitos humanos. A partir da análise de parte da produção textual dessa política educacional, foi possível identificar alguns de seus núcleos de sentido.

A noção, subsumida no conceito de gênero, de que os sentidos de feminino e masculino, assim como as relações entre homens e mulheres, são produto não de uma diferença sexual inata, fixa e universal, mas sim de uma construção social, histórica e mutável é um núcleo fundamental desse discurso pedagógico. Essa noção se sustenta em uma multiplicidade de saberes oriundos das ciências sociais e humanas, por um lado, e no aprendizado acumulado dos movimentos sociais, por outro. A partir desses saberes, denuncia-se como a naturalização de uma diferença sexual sustenta a existência de um sistema de dominação masculina, que privilegia os homens em detrimento das mulheres, garantido, não raro, pelo exercício violento de um poder masculino. Denuncia-se também um sistema cis-heteronormativo, que impõe por meio de diferentes técnicas – até mesmo violentas – uma cadeia vinculante entre sexo, identidade de gênero e orientação sexual. Propõe-se uma compreensão articulada das regulações de gênero e sexualidade, na qual misoginia, machismo, lgbtfobia e sexismo são pensados como formas integradas de regulação. Soma-se ainda uma perspectiva interseccional, incipiente de início, mas que se intensifica com o tempo, que permite identificar um mesmo sistema, simultaneamente patriarcal, capitalista, racista e cis-heteronormativo, a ser combatido.

Em oposição à ideia de uma diferença sexual naturalizada, essa perspectiva construcionista percebe corpos, expressões, identidades de gênero, práticas sexuais e afetivas não a partir de um padrão normativo naturalizado, mas em sua multiplicidade, investindo no reconhecimento e valorização das diferenças. A desconstrução da diferença sexual se faz, por um lado, desvelando os processos históricos e politicamente implicados na produção do conhecimento científico, em especial os saberes produzidos pelas ciências biológicas. E, por

outro, denunciando o papel histórico do cristianismo na constituição simbólica e política das regulações de gênero e sexualidade, a que se contrapõe a laicidade como princípio organizador do Estado e da escola. A partir dessas críticas, são denunciadas como violações de direitos fundamentais práticas que, intencionalmente ou não, operam pela normalização dos sujeitos a padrões normativos de gênero e sexualidade.

Essa construção discursiva, ao mesmo passo que reconhece a escola enquanto espaço histórico de reprodução das regulações sexuais e de gênero, acredita e investe em seu potencial transformador. Convoca-se então a escola a rever a si mesma, no sentido de superar práticas discriminatórias e se tornar um espaço de promoção da igualdade de gênero e de valorização da diversidade sexual e de gênero, na sua comunidade e para além dela. A noção de diversidade a partir da qual se propõe a discussão de gênero e sexualidade na escola aponta para uma tática não-conflitiva, que prioriza um investimento no diálogo pedagógico mais que no confronto.

Sob esse arcabouço comum, no entanto, se construíram práticas pedagógicas muito diferentes, em sentido e em intensidade. Analisando atividades desenvolvidas em escolas por educadores que participaram de cursos de formação continuada, é possível encontrar práticas que apostaram na tolerância, no respeito, na superação da violência e na promoção de um ambiente de paz, sem que isso significasse, necessariamente, uma mudança substantiva nos pressupostos sexistas e cis-heteronormativos que organizam a vida escolar. Há outras, no entanto, que atuaram para além do combate à discriminação, investindo na desconstrução da escola enquanto tecnologia de normalização sexual e de gênero, propondo uma revisão profunda das práticas pedagógicas, do currículo e da gestão escolar. A coexistência de investimentos moderados e radicais é característica dessa política educacional.

Ainda que essas noções não fossem em si inéditas e já circulassem nos meios científicos e nos movimentos sociais, o modo como elas foram trabalhadas e incorporadas a uma linguagem pedagógica constituiu, de fato, uma inovação na política educacional brasileira.

Avanço e precariedade

Desde os seus primeiros anos de execução, a política educacional em gênero e diversidade sexual sobreviveu em grande parte com recursos oriundos de emendas parlamentares, não figurando entre as prioridades orçamentárias do Governo Federal. Ainda que imprecisos, os registros oficiais mostram investimentos de cerca de 70 milhões de reais entre 2005 e 2014 - a partir de 2015 não houve financiamento significativo - e mais de 50 mil profissionais de educação alcançados pelas ações de formação no período. Parecem números

grandes, mas que se tornam irrisórios diante do orçamento geral do MEC - ainda que considerando apenas os investimentos voltados às políticas de diversidade (CARREIRA, 2015) - ou em relação ao número total de docentes atuantes no país - mais de 2 milhões de profissionais.

Estudo produzido pela Universidade Federal de Goiás em 2012 sobre ações educativas derivadas do programa Brasil Sem Homofobia critica justamente a escala das ações implementadas, pela sua incapacidade de atingir a maior parte do sistema educacional do país (MELLO *et al.*, 2012). Os autores destacam ainda o caráter pontual das ações, que teriam produzido efeitos muito limitados nas práticas escolares. Essa análise contrasta com a expressa na avaliação produzida pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos a respeito do curso GDE, que descreve as iniciativas de formação como uma prática bem-sucedida e sem precedente na história da educação brasileira (CARRARA *et al.*, 2011). Pouco preocupado com a escala, o relatório foca na inovação e na intensidade da experiência vivida pelos sujeitos e organizações que participaram dessas iniciativas. Outro estudo, também produzido pelo CLAM alguns anos mais tarde (CARRARA *et al.*, 2017), traz indícios de que a bagagem teórico-conceitual, o conjunto de informações, a perspectiva e o exercício do diálogo ao longo dos cursos permitiram, ao menos para parte dos profissionais da educação envolvidos, construir instrumentos para atuar no dia a dia de suas escolas. Mais do que inconciliáveis, essas análises parecem apontar justamente para a convivência de avanços e precariedades como marca da política educacional em gênero e diversidade sexual no Brasil. Se é impossível negar a intensidade qualitativa de muitas experiências pedagógicas vivenciadas por escolas e educadores, os resultados quantitativos dessas ações ficaram ainda bastante distantes do que seria necessário para produzir mudanças substanciais no sistema escolar brasileiro como um todo.

Para além dos números

Além de mobilizar redes de ensino e escolas, a política educacional em gênero e diversidade sexual produziu impacto importante no próprio campo científico. A execução dos cursos nas universidades ficou em sua maioria a cargo de núcleos de pesquisa e projetos de extensão, mobilizando a cada oferta um conjunto significativo de docentes, técnicos, estudantes de graduação e pós. Isso contribuiu para a consolidação de grupos de pesquisa e extensão em torno dessas temáticas nas universidades, gerando impactos também na produção científica (CARRARA *et al.*, 2017).

Houve avanços importantes também no quadro normativo das políticas educacionais. Analisando as diretrizes educacionais aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação ao longo dos anos 2000 é possível encontrar indícios das agendas de mulheres e LGBTQ+, materializadas em referências a gênero, identidade de gênero, orientação sexual e diversidade sexual. No conjunto, essas diretrizes educacionais afirmam a necessidade de trabalhar questões ligadas a gênero e sexualidade desde a educação infantil até o ensino médio, apontando uma abordagem focada não na padronização de comportamentos, mas na reflexão crítica, na autonomia dos sujeitos, na liberdade de acesso ao conhecimento, no reconhecimento das diferenças e no enfrentamento a toda forma de discriminação e violência.

Embora em termos de alcance e recursos seu programa tenha sido bastante reduzido, essa política constituiu um posicionamento explícito – ainda que precário – de diferentes esferas de governo sobre a pertinência da abordagem de questões de gênero e sexualidade na escola dentro de uma perspectiva de valorização da diversidade, combate à desigualdade e promoção dos direitos humanos. Além do aspecto programático, essa dimensão expressiva e comunicativa das políticas públicas (PECHENY; DE LA DEHESA, 2011) não pode ser desconsiderada. Em um contexto político progressista, esse posicionamento, ainda que vacilante, serviu como legitimação para quem queria falar sobre gênero e sexualidade na escola, permitindo a proliferação de experiências didáticas que extrapolaram o raio direto de ação dos cursos de formação.

A reação

Desde sua implementação, a política de educação em gênero e diversidade sexual provocou reações, de início esporádicas e pontuais, mas que, ao longo do tempo, ganharam escala, capilaridade e se tornaram sistemáticas. Encabeçadas por políticos de direita, lideranças religiosas, grupos conservadores e agentes do militarismo, o antagonismo a essa política ganhou apoio de largos setores da sociedade. Após a crise política de 2013, o combate à discussão de gênero e sexualidade nas escolas passou a integrar de forma central o repertório dos movimentos reacionários que tomaram o Brasil nos anos seguintes. Para compreender a natureza, a dinâmica e os efeitos políticos mais amplos dessa reação, foram investigados alguns episódios significativos, cuja análise resumimos a seguir.

A polêmica do “kit gay”

O primeiro desses episódios, já amplamente analisado, ocorreu em 2011, primeiro ano de governo de Dilma Rousseff, envolvendo o conjunto de materiais produzidos pelo Projeto Escola Sem Homofobia. Apresentado em um seminário no Congresso Nacional em fins de 2010, o material foi duramente atacado pelo deputado Jair Bolsonaro, até então, um congressista pouco expressivo para além de seu próprio círculo militar. Autor do termo "kit gay", Bolsonaro já vinha empreendendo uma sistemática oposição às políticas sexuais e de gênero, em especial, na educação. No início do novo ano legislativo, outros parlamentares se somaram no ataque ao material, em especial, congressistas ligados às bancadas religiosas.

Ao examinarmos os mais de cem pronunciamentos contrários à distribuição do material proferidos por parlamentares no plenário da Câmara dos Deputados entre fins de 2010 e início de 2012, foi possível identificar uma linha argumentativa comum. O eixo central de seu discurso acusava o material de, ao apresentar de forma positiva a vivência de personagens LGBTQ+, ir além do combate à discriminação para se caracterizar como instrumento de incitação e promoção de comportamentos supostamente desviantes (tanto do ponto de vista religioso quanto biológico) – que poderiam ser tolerados, mas jamais valorizados, especialmente entre crianças e jovens. Essa abordagem, que parlamentares acusavam ser incitada por um ativismo que teria desproporcional influência sobre o governo, constituiria, na sua visão, uma ameaça à infância e à juventude. Nas falas desses parlamentares, a valorização de múltiplas práticas sexuais-afetivas e identidades de gênero era percebida como um ataque a pressupostos que constituiriam fundamentos da família – entendida sempre no singular, dentro de uma perspectiva cis-heteronormativa. Ao abalar a família, colocariam em risco aquela que é identificada como a instituição responsável pela formação moral da sociedade. Nesses discursos, moral e cristianismo se confundem e a religião é percebida como única linguagem possível de formação ética. Por supostamente atacar pontos que seriam fundamentais na formação moral cristã, o material constituiria uma ameaça capaz de afetar a integridade de toda a sociedade brasileira.

Pressionado pelas frentes religiosas no Congresso, inclusive por parlamentares conservadores que compunham naquele momento sua própria base de sustentação, o Governo Federal, acabou por suspender a distribuição do material, que foi publicamente vetado pela presidenta. Em meio ao anúncio da interrupção do material, Dilma Rousseff, ao ser interpelada por jornalistas, declarou que o governo seguia comprometido com a luta contra práticas homofóbicas, mas que não seria permitido a nenhum órgão do governo fazer “propaganda de

opções sexuais”. Ao justificar o veto com base não na pressão política sofrida pelo governo, mas na suposta inadequação do material, Dilma Rousseff acabou por legitimar e reforçar o discurso reacionário daqueles que identificavam o debate de gênero e diversidade sexual na educação como inculcação ideológica e ameaça moral.

Esse episódio marcou um momento de grande visibilidade da política educacional em gênero e diversidade sexual, que, até então fora dos holofotes públicos, ganhou espaço inusitado nos noticiários nacionais. Infelizmente, essa visibilidade não foi positiva, pelo contrário, excitou estigmas e preconceitos enraizados na sociedade brasileira, alimentou ansiedades em relação às políticas educacionais e teve como desfecho uma derrota pública do campo LGBTQ+, cujos efeitos ressoam até hoje. Para além da mera suspensão de um material didático, o veto ao kit marcou um ponto de inflexão, a partir do qual toda a agenda LGBTQ+ foi contingenciada e posta sob monitoramento nas diferentes áreas de governo (CARREIRA, 2015).

A disputa dos planos de educação

Dois anos após o veto do kit, em 2013, o Brasil viu emergir manifestações massivas de rua que deram início a uma crise política que mudou consideravelmente as relações de força na arena pública nacional. Os protestos à esquerda expressavam em parte expectativas frustradas de mudanças mais radicais, impossibilitadas pelos acordos que o governo fez para montar uma sempre instável maioria no Congresso e pelo seu afastamento das bases dos movimentos sociais (BRINGEL, 2013). Pela direita, o que se viu foi a liberação de discursos explicitamente conservadores e reacionários, até então contidos pela hegemonia do progressismo social e agora canalizados por novos e antigos atores políticos (NOBRE, 2013). Se não perdeu seus eleitores de imediato, a esquerda não era mais capaz de definir os sentidos do debate político nacional (PINTO, 2017).

O embate em torno do Plano Nacional de Educação (PNE) é simbólico desse processo de mudança nas relações de força e avanço de uma empreitada conservadora. Na análise dos discursos de congressistas proferidos durante a segunda rodada de votação do PNE, em 2014, as menções ao “kit gay” vão dando lugar a uma expressão até então pouco conhecida do público brasileiro: a “ideologia de gênero”. Formulada e difundida pelas redes católicas como reação aos avanços da agenda dos direitos sexuais e reprodutivos no cenário internacional (CASE, 2019), a estratégia discursiva da “ideologia de gênero” operou como aglutinadora de uma série de reações às políticas feministas e LGBTQ+, até então dispersas e extemporâneas, dando forma a um poderoso e sistemático investimento reacionário. Funcionando como um significante

vazio (LACLAU, 2013), essa expressão foi acionada de diferentes formas em múltiplos contextos ao redor do mundo, em especial na Europa e na América Latina (FASSIN, 2021), gerando efeitos políticos diversos.

Nos discursos dos parlamentares brasileiros, esse termo era usado para se referir a uma pluralidade de ideias, conceitos, proposições que, de diferentes maneiras, confrontavam noções normativas e naturalizadas de diferença sexual e propunham uma perspectiva construcionista do corpo, da sexualidade, das identidades e relações, representada pelo conceito de gênero. Ao tratar gênero como uma ideologia, congressistas desqualificavam esses saberes enquanto científicos, ao mesmo tempo em que os caracterizavam como parte de uma estratégia de imposição cultural advinda de um ativismo político minoritário. Como a palavra “gênero” traria embutida essa “ideologia”, ela deveria ser eliminada dos documentos oficiais, junto com outros termos relacionados, como forma de impedir que essas ideias chegassem às escolas, pondo em risco a formação moral de crianças e jovens. Ao fim de 2014, o Congresso brasileiro aprovou o Plano Nacional de Educação (2014-2024), apagando qualquer referência a gênero e sexualidade.

Embora o PNE tenha mantido, ainda que de forma genérica, o compromisso da educação com o combate a todas as formas de discriminação, agentes conservadores difundiram uma narrativa de que a retirada dos termos específicos do plano significou a interdição do debate sobre esses temas nas escolas. Mesmo falsa, essa narrativa contaminou redes e instituições de ensino, produzindo dúvida e insegurança entre profissionais de educação que queriam abordar essas questões.

Em um contexto de avanço do conservadorismo, a bandeira do combate à “ideologia de gênero” se tornou um interessante instrumento de produção de capital político para múltiplos agentes, compondo uma ofensiva sistemática contra políticas feministas e LGBTQ+ que teve a educação como alvo principal. Nas sequenciais votações dos planos estaduais e municipais de educação, a política educacional em gênero e diversidade sexual seria duramente perseguida (VIANNA; BORTOLINI, 2020), tornando-se objeto de inúmeros projetos de lei proibicionistas nas câmaras legislativas de todo o país.

Atacar o gênero para atacar a esquerda

Se esse não foi o caso em outros países, no Brasil, o léxico da ideologia de gênero foi instrumentalizado nos últimos anos fundamentalmente como uma tática de ataque não só a políticas sexuais e de gênero, mas contra a esquerda. Se os opositores ao kit se esforçavam em

poupar o governo do qual faziam parte, de 2014 em diante a retórica anti-gênero assumiu claros contornos de oposição e passou a compor de forma central o repertório reacionário em franco crescimento. Enquanto grupos religiosos e de direita que anteriormente apoiavam o Partido dos Trabalhadores se moviam para a oposição, esta ofensiva anti-gênero estabeleceu uma articulação estratégica com os crescentes movimentos políticos anti-esquerda, como o movimento Escola Sem Partido (ESP). Articuladas, essas ofensivas atualizaram uma antiga tática discursiva, acionada pelo regime militar, que associa políticas sexuais e de gênero à esquerda, feminismo ao comunismo, tudo junto a compor uma estratégia global supostamente destinada a destruir a família, o cristianismo, o capitalismo e a sociedade ocidental. Ao incorporar o combate à “ideologia de gênero”, o ESP cresceria em adesão e capilaridade (MIGUEL, 2016) e, em troca, forneceria às ofensivas anti-gênero táticas de exposição, perseguição e intimidação que dariam início a um verdadeiro terrorismo ideológico nas escolas. Capilarizadas nas esferas locais, essas ofensivas afetaram o cotidiano escolar e consolidaram, na prática, um ambiente de censura e interdição desses debates.

O pânico moral criado em torno das políticas educacionais em gênero e sexualidade ajudou a excitar uma narrativa sobre o governo do PT como fonte de corrupção - não só política, mas também moral (KALIL, 2018). Ao tratar questões sexuais como crenças religiosas, propostas educacionais fundadas em uma perspectiva de gênero foram descritas como ataques à fé pessoal, ao cristianismo e à liberdade das famílias. Ao denunciá-las como doutrinação ideológica imposta por um governo corrupto, políticos de oposição apontavam o avanço de um suposto autoritarismo de esquerda, inimigo da família, dos valores cristãos e da democracia.

O antagonismo às políticas sexuais e de gênero na educação permitiu que parlamentares envolvidos em escândalos de corrupção pudessem se apresentar como cristãos defensores da família na tentativa de se desviar do sentimento anti-política crescente naquele momento. Durante a sessão do *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, a política educacional em gênero e diversidade sexual foi repetidamente citada como símbolo do avanço de uma suposta degradação social promovida pelo petismo, contra a qual uma restauração conservadora seria a única solução.

Durante o governo de Michel Temer (2016-2018), embora não tenha havido um investimento direto do Executivo contra a agenda de gênero, o avanço das táticas capilares de intimidação e censura contribuíram para consolidar uma sensação de que não havia espaço para esses debates na escola. Em 2017, foi aprovada uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, tal qual o PNE, não trazia qualquer menção explícita a questões de gênero e que localizava

a sexualidade (ainda que considerada sua dimensão social) apenas entre os conteúdos das ciências da natureza.

Instrumentalização eleitoral e desmonte

Em 2018, o combate à política de gênero e diversidade sexual na educação seria novamente instrumentalizado. Através de tecnologias digitais até então pouco utilizadas em processos eleitorais, a campanha de Jair Bolsonaro divulgou informações falsas sobre materiais com conteúdo sexual que teriam sido supostamente distribuídos às escolas quando Fernando Haddad, candidato pelo PT, era Ministro da Educação. Mais do que uma cortina de fumaça, a excitação de estigmas misóginos e lgbtfóbicos, apoiada de modo central nas políticas educacionais, ajudou Bolsonaro a construir a imagem de uma autoridade masculina forte, até hoje central em nossa representação de poder, reforçaram sua associação ao cristianismo e ao militarismo e avivaram um sentido de restauração moral, que respondia às emoções políticas de muitos brasileiros naquele momento.

O início do novo governo marcou o fim, ao menos do ponto de vista institucional, do ciclo da política educacional em gênero e diversidade sexual, tal qual ela se constitui nas últimas duas décadas. Os ministros da educação nomeados em 2019, Ricardo Vélez Rodríguez e Abraham Weintraub, assumiram explicitamente o objetivo de eliminar a “ideologia de gênero” das escolas. A secretaria de onde emanaram as políticas de diversidade foi desmontada e as estruturas federais de direitos humanos vêm desde então sendo instrumentalizadas para a implementação de políticas familistas conservadoras (MARANHÃO FILHO; DE FRANCO, 2019). Como símbolo do novo governo, emergiu o programa de militarização das escolas, um evidente investimento disciplinador, com efeitos simbólicos diametralmente opostos às políticas de diversidade (BORTOLINI, 2021).

Entre retrocessos e resistências

Em meio ao avanço trágico da precarização das políticas sociais, da educação, da saúde e da própria democracia que marcou o Brasil entre 2016 e 2022, é possível encontrar resistências. Nas eleições de 2020 (BARBABELA, 2021) e 2022, ainda que tímido, houve avanço na representação política de mulheres, enquanto cresceu significativamente o número de pessoas LGBTQ+ eleitas, o que aponta para a persistência desses grupos na arena política brasileira. No campo específico da educação, foram derrubadas todas as leis que propuseram a

proibição do ensino de gênero e diversidade sexual nas escolas. Ainda que ausentes de menção explícita no PNE e na BNCC, a abordagem destes temas segue tendo sustentação no quadro legal e normativo da educação brasileira. Em janeiro de 2018, o Conselho Nacional de Educação reforçou esse quadro, aprovando resolução que normatiza o reconhecimento da identidade de travestis e transexuais na educação básica e orienta as escolas a combaterem quaisquer formas de discriminação em função de orientação sexual e identidade de gênero.

Em meio a uma agenda anti-LGBT+ e anti-feminista que segue sendo acionada nas disputas políticas (DOS PASSOS; BORTOLINI, 2022) e dos efeitos continuados do terrotoismo ideológico, ainda é possível identificar universidades e sistemas de ensino que persistem na realização de iniciativas voltadas para a disseminação de perspectivas de gênero e diversidade sexual na educação. Os cursos de formação ofertados pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ou as atividades sobre direitos de pessoas LGBT+ realizadas pela Secretaria de Educação de Pernambuco em 2021 são apenas dois exemplos, entre outras iniciativas. Em 2022, após uma acirrada disputa eleitoral contaminada por notícias falsas sobre fechamento de igrejas e instalação de banheiros unissex nas escolas, Luís Inácio Lula da Silva foi novamente consagrado como Presidente da República. Embora a equipe de transição do novo governo apontasse para a recriação de uma secretaria para a diversidade no MEC, o retorno das políticas de gênero e sexualidade nas escolas ainda é incerto. Dada a configuração ampla da coalizão do novo governo, a contaminação da arena pública e das comunidades escolares pela narrativa da “ideologia de gênero” e o crescimento do poder político de grupos religiosos e conservadores, o que o futuro nos aponta é para a retomada de uma intensa disputa para superar o medo, a desinformação e o estigma e construir, através da educação, uma sociedade fundada na liberdade, na democracia e na justiça social para todos, todas e *todes*.

AGRADECIMENTOS: À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, à Comissão *Fulbright* Brasil e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq/PQ (2019-2023).

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. **Foucault, power, and education**. New York: Routledge, 2012.

BARBABELA, P. Os dilemas da representação política LGBTI+: Notas sobre as eleições legislativas municipais de 2020 no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 4, n. 14, p. 427-451, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/12275>. Acesso em: 03 nov. 2021.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: Limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

BORTOLINI, A. Militarização das escolas e avanço reacionário: Uma perspectiva de gênero. **Diversidade e Educação**, v. 9, n. 2, p. 92-119, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/13508>. Acesso em: 27 nov. 2022.

BRINGEL, B. Sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013 *In*: BRINGEL, B.; BENZAQUEN, G.; ALCANTARA, L.; GOMES, S. **As Jornadas de Junho em Perspectiva Global**. Rio de Janeiro: IESC; UERJ, 2013.

CARRARA, S. *et al.* (org.). **Gênero e diversidade na escola: Avaliação de processos, resultados, impactos e projeções**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2017.

CARRARA, S. *et al.* **Gênero e diversidade na escola: Trajetórias e repercussões de uma política pública inovadora**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2011.

CARREIRA, D. **Igualdade e diferenças nas políticas educacionais: A agenda das diversidades nos governos Lula e Dilma**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20042016-101028/en.php>. Acesso em: 19 jan. 2022.

CASE, M. A. Formações trans na guerra do Vaticano contra a “ideologia de gênero” **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 44, n. 3, p. 639-664, 2019. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/701498>. Acesso em: 03 jan. 2022.

CORRÊA, S. A “política do gênero”: Um comentário genealógico. **cadernos pagu**, v. 53, e185301, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/vwdzHh6pHS6ZBVskqfLrqrq/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 13 mar. 2022.

DOS PASSOS, M. C. A.; BORTOLINI, A. Embates eleitorais no Brasil contemporâneo: O lugar do gênero e da sexualidade. **NACLA Report on the Americas**, v. 54, n. 1, p. 16-21, 2022.

FACCHINI, R.; CARMO, Í. N.; LIMA, S. P. Movimentos Feminista, Negro e LGBTI no Brasil: Sujeitos, teias e enquadramentos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, e230408, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dpGVh8qs3KhmR8pbSkY7Rvx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2022.

FASSIN, E. Anti-gender Campaigns, Populism, and Neoliberalism in Europe and Latin America. **LASA FORUM**, p. 67-71, 2021. Disponível em: <https://forum.lasaweb.org/files/vol51-issue2/Dossier1-12.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FERNANDES, F. B. M. **A Agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95612>. Acesso em: 21 fev. 2022.

IRINEU, B. A. **A política pública LGBT no Brasil (2003-2014)**: Homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/352245824_A_POLITICA_PUBLICA_LGBT_NO_BRASIL_2003-2014_HOMOFOBIA_CORDIAL_E_HOMONACIONALISMO_NAS_TRAMAS_DA_PARTICIPACAO_SOCIAL. Acesso em: 10 jan. 2022.

KALIL, I. O. (org.). **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. São Paulo: FESPSP, 2018.

LACLAU, E. **A Razão Populista**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

LUGONES, M. Gender and universality in colonial methodology. **Critical philosophy of Race**, v. 8, n. 1-2, p. 25-47, jan. 2020. Disponível em: <https://scholarlypublishingcollective.org/psup/cpr/article-abstract/8/1-2/25/190565/Gender-and-Universality-in-Colonial-Methodology>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MARANHÃO FILHO, E. M. A.; DE FRANCO, C. “Menino veste azul e menina, rosa” na Educação Domiciliar de Damares Alves: As ideologias de gênero e de gênese da “ministra terrivelmente cristã” dos Direitos Humanos. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 12, n. 35, p. 297-337, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/48106>. Acesso em: 10 set. 2021.

MATOS, M.; PARADIS, C. G. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 57-118, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/ZThn9C6WZM8tpMhN3BWM4Qp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 fev. 2022.

MELLO, L. *et al.* Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 6, n. 7, p. 99-122, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2238>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”-Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3509/350947688019.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

NOBRE, M. **Choque de democracia: Razões da revolta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PECHENY, M.; DE LA DEHESA, R. Sexualidades y políticas en América Latina: Un esbozo para la discusión. In: CORRÊA, S.; PARKER, R. **Sexualidade e política na América Latina: Histórias, interseções e paradoxos**. Rio de Janeiro: ABIA, 2011.

PINTO, C. R. J. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 100, p. 119-153, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/yy7GFGFWK8tkCflHM8TrFNM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2022.

VIANNA, C.; BORTOLINI, A. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: Tensões e disputas. **Educação e Pesquisa**, v. 46, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Tc37WjhH7ywmFCpJJ4NbBCH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 dez. 2021.

Como referenciar este artigo

BORTOLINI, A.; VIANNA, C. P. Política de Educação em gênero e diversidade sexual: Histórico e presente da experiência Brasileira. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp. 3, p. 2215-2234, nov. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17iesp.3.16691>.

Submetido em: 27/03/2022

Revisões requeridas em: 08/06/2022

Aprovado em: 11/09/2022

Publicado em: 30/11/2022

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

